

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Procuradoria Geral do Município
Lei Orçamentária Anual

SIGLA	ÓRGÃO	TITULAR	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
PGM/JF	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Direta • Subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo • Órgão central do Sistema Jurídico Municipal, subordinando-se à sua supervisão (administrativa) técnico-jurídica todas as assessorias jurídicas e demais órgãos jurídicos da Administração Direta e Indireta. • Compõe, juntamente com a SG, SCS e CPL, o Nível de Apoio à Formulação Política e de Controle da Administração do Município 	<ul style="list-style-type: none"> • Edgar Souza Ferreira • Procurador Geral do Município • Ordenador de Despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Executiva • Centro de Estudos Jurídicos • Assessoria do Gabinete • Deptos de Procuradoria: <ul style="list-style-type: none"> - Administrativa; - Patrimônio, Urbanismo e Meio-ambiente; - Tributária e Finanças Públicas - Dívida Ativa • Unidade de Execução Instrumental
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 • Decreto nº 7.243, de 04 de janeiro de 2002 • Decreto nº 7.707, de 17 de janeiro de 2003 • Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005 • Decreto nº 8.965, de 01 de agosto de 2006 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 • Lei nº 11.933, de 30 de dezembro de 2009 • Decreto nº 10.124, de 03 de fevereiro de 2010 • Resolução nº 045, de 15 de maio de 2010 • Decreto nº 1.0467, de 19 de outubro de 2010 		

▣ Atribuições

- ▣ Representar o Município em juízo ou em processos administrativos contenciosos;
- ▣ Cobrar amigável e judicialmente a dívida ativa municipal;
- ▣ Defender, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, dos atos e prerrogativas do Prefeito;
- ▣ Controlar a legalidade e prestar consultoria jurídica à Administração Pública Municipal, emitindo pareceres, inclusive sobre a constitucionalidade de projetos de lei, sobre a interpretação a ser adotada pela administração acerca das leis ou atos administrativos, resguardados os controles que não sejam de natureza jurídica, incumbidos a outros órgãos;
- ▣ Disponibilizar apoio jurídico à Câmara Municipal e responder a consultas formuladas pelos demais Poderes ou Entes da Federação, em ambos os casos por determinação do Prefeito, quando este tenha recebido solicitação neste sentido das autoridades competentes destes Poderes ou Entes;
- ▣ Elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, inclusive em mandados de segurança, pelo Chefe do Poder Executivo;
- ▣ Propor ao Prefeito a representação à Procuradoria Geral da República, para a declaração de inconstitucionalidade por violação à Constituição Federal, minutando o respectivo instrumento;
- ▣ Submeter ao Prefeito a propositura de ação por inconstitucionalidade, em relação à Constituição Estadual, minutando o respectivo instrumento;
- ▣ Assessorar o Prefeito em projetos de lei e no trâmite dos processos legislativos;
- ▣ Editar normas legais no âmbito do Sistema Jurídico Municipal, promover medidas correccionais, uniformizar a jurisprudência administrativa, opinar sobre consultas feitas ao Tribunal de Contas, bem como, minutas-padrão de instrumentos convocatórios de licitações, contratos e convênios envolvendo a Administração Pública Municipal.